

O Rio Grande do Sul e o gaúcho

Caroline Kraus Luvizotto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUVIZOTTO, CK. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1

O RIO GRANDE DO SUL E O GAÚCHO

A história da ocupação e do povoamento do estado do Rio Grande do Sul está demarcada pela questão fronteiriça. Região-limite entre dois impérios – o espanhol, com sede em Buenos Aires no Rio da Prata, e o português, com sede no Rio de Janeiro –, o chamado Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde o século XVII, foi permanentemente disputado pelas duas coroas ibéricas.

Teoricamente, pelo Tratado de Tordesilhas de 1493, a linha que separava os dois reinos católicos passava, em sua extensão meridional, ao largo do litoral do atual Estado de Santa Catarina, e a região que viria fazer parte do Rio Grande do Sul pertencia aos espanhóis. Portugal, por sua vez, sempre procurou estabelecer como sua real fronteira, como limite extremo de seu império na América do Sul, não uma linha abstrata, mas sim a margem esquerda do Rio da Prata. Todos os conflitos entre o Brasil e seus vizinhos do Prata foram decorrentes dessas duas visões antagônicas sobre quais eram os marcos verdadeiros que os separavam.

O Rio Grande do Sul foi, desde o início, uma “fronteira quente”, isto é, local de disputa militar, de guerras e de arranjos diplomáticos, área conflituosa que se estendeu

dos finais do século XVII até o XIX, quer dizer, por quase dois séculos. O estado do Rio Grande do Sul, segundo Dacanal (1992), desempenhou duas funções importantes desde o início de sua ocupação. A primeira foi a de ser um local estratégico que garantia a presença portuguesa junto às áreas de colonização espanhola. A segunda, e não menos importante, foi a de fornecer alimentos e outros bens para as demais regiões do País.

Ocupação e colonização

A história da ocupação no Rio Grande do Sul começou muito antes da chegada dos portugueses àquele território. A região era vista como “terra de ninguém” e era povoada por índios. Apenas alguns aventureiros em busca de escravos se arriscavam a adentrar naquele território de difícil acesso. Zattera (1995) explica que os índios estavam subdivididos em tribos espalhadas pelo Estado. No início, havia o grupo jê, ramo dos tapuias, que se localizava no norte e nordeste. Desse grupo se derivavam os guaianás, subdivididos em ibiraiara, caaguá, arachã, carijó, tape e, mais adiante, os caigangues. Outro grupo de indígenas encontrado no Rio Grande do Sul foi o dos mbaias, que se subdividia em seis nações: charrua, minuano, guenoa, yaro, mboane e chaná, instalados mais ao sul e sudeste.

Em 1626, depois de atacados pelos paulistas em suas reduções no Paraguai, os jesuítas instalaram-se no território que, atualmente, compreende o Rio Grande do Sul e fundaram a Redução de San Nicolas, na chamada Zona do Tape, reunindo inúmeras tribos guaranis. Em 1641, depois de combatidos e expulsos, os jesuítas levaram consigo a maioria dos índios catequizados, deixando, no entanto, parte do gado que criavam. Sem dono, esse gado tornou-se selvagem e bravio, e formou-se uma grande reserva no espaço conhecido

como *Vacarias Del Mar*. A partir desse momento, Zattera (1995) conta que esse gado se tornou importante economicamente pelo aproveitamento do couro, e a prática de sua caça passou a integrar o cotidiano da população local.

Em 1682, os padres jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram, na região dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, na Argentina e no Paraguai, as missões jesuítas, onde grande número de índios guaranis, submetidos pelos religiosos, foi convertido ao cristianismo. Para alimentar tantos índios, os jesuítas utilizaram o gado criado nas pradarias gaúchas, aproveitando o clima e a vegetação favoráveis. Para livrar-se dos constantes ataques de paulistas e tropas em busca de índios e gado, os jesuítas resolveram concentrar os índios convertidos, que não eram poucos, em uma região mais segura, situada a noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e fundaram os Sete Povos das Missões (1687). A base econômica era assentada na criação de gado com a extração do couro, mas os missionários dos Sete Povos se conscientizaram da importância da produção de erva-mate usada pelos índios e, posteriormente, pelos padres.

Em 1750, o Tratado de Madrid¹ entre Portugal e Espanha estabeleceu que a região das missões fosse administrada por Portugal, e, por maior que tivessem sido os esforços dos jesuítas, as missões foram desmanteladas. Apesar disso, deixaram um legado que, sem dúvida nenhuma, veio a influenciar a história dessa região: os grandes rebanhos de bovinos e cavalos criados soltos nas pradarias gaúchas (idem).

A presença do gado foi o principal motivo para a ocupação e fixação de portugueses em solo gaúcho. A Coroa garantia aos imigrantes a propriedade de um pequeno terreno,

¹ O Tratado de Madrid, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, dispunha que as missões passariam ao domínio português, ficando a Colônia de Sacramento com a Coroa espanhola, não chegando, contudo, a efetivar essa troca.

mas não seu sustento. Assim, somente em 1770 uma leva de imigrantes açorianos chegou à província para povoar a região das missões. Por causa das dificuldades de transporte, esse grupo se fixou na área onde hoje está a cidade de Porto Alegre. Praticavam a agricultura de pequena propriedade e tinham uma economia voltada para a pecuária.

Como descreve Bandeira (1995), a partir do século XIX, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil com a intenção de formar uma camada social de homens livres com habilitação profissional. Como essa ideia foi rejeitada por grande parte dos senhores de terras e escravos do norte do País, o governo direcionou os imigrantes para os estados do sul.

Os primeiros imigrantes que chegaram à província foram os alemães, em 1824, que, situados na região do atual município de São Leopoldo, em pouco tempo começaram a transformar o lugar.

Medina (1997) relata que os primeiros colonos alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul viajaram no navio Anna Luise, partindo de Hamburgo em 5 de abril de 1824 e desembarcando no Rio de Janeiro em 4 de junho do mesmo ano. A bordo do bergantim São Joaquim Protector, 38 imigrantes rumaram para Porto Alegre e, em 25 de julho de 1824, começaram a instalar-se às margens do Rio dos Sinos, na antiga Real Feitoria de Linho Câñhamo, fundando a colônia de São Leopoldo. Consta que até 1825 um total de 1.027 imigrantes chegou à colônia.

O autor também destaca que os colonos que vieram para o Rio Grande do Sul ainda não tinham sido afetados pelo capitalismo industrial e, ao chegarem à nova terra – no caso a colônia de São Leopoldo –, encontraram toda base necessária para trabalhar, uma vez que eram em grande parte camponeses e a região só podia oferecer terras para plantio. Para os que saíram da Alemanha expulsos do meio rural por causa do avanço do capitalismo, a nova terra prometia grandes conquistas e um futuro promissor.

Já em 1848, os imigrantes têm um novo perfil: são, em grande parte, artesãos e assalariados urbanos ou rurais, expulsos da terra-mãe pela crise que acompanhou a era das revoluções na Europa (Hobsbawm, 1996). A partir daí, começaram a chegar ao Rio Grande do Sul exilados políticos, socialdemocratas e anarquistas alemães.

A colônia cresceu rapidamente. Vinte anos após sua fundação, já se emancipava de Porto Alegre e tornou-se líder de sua região. Hoje, comprehende-se o bom desenvolvimento dessa colônia a partir de sua localização geográfica. Localizada às margens do Rio dos Sinos, havia fácil comunicação fluvial com Porto Alegre e cidades como Pelotas e Rio Grande. As áreas planas e férteis para o plantio também facilitaram o bom desenvolvimento.

A partir da colônia de São Leopoldo, outras colônias alemãs começaram a se formar a sua volta. Surgiram os núcleos de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sinos, Taquari, Sapiranga, São Sebastião do Caí e Jacuí. Até a Segunda Guerra Mundial, o Rio Grande do Sul tornou-se a segunda pátria para alemães de todas as classes sociais, e estabeleceu-se um fluxo migratório constante da Alemanha para a região.

Após o fim da escravidão em 1888, muitas famílias alemãs no Rio Grande do Sul continuaram utilizando mão de obra negra. Como a maioria dos empregados era “cria da casa”, muitos negros acabaram por adotar o sobrenome alemão dos patrões e passaram a considerar-se alemães também, o que reforça a ideia de que identidade não é apenas uma questão de cor de pele nem de nascimento (Medina, 1997).

Nesse período, muitos fatos curiosos ocorreram envolvendo alemães e a população nativa nas áreas onde se localizavam as colônias. Lendas, misticismo, rivalidades pessoais, brigas por causa da crença religiosa: os alemães sempre fizeram questão de demarcar seu território com a força das particularidades de sua cultura. Ainda que estivessem vivendo em outro país e tendo contato com outras

culturas, a cultura germânica sempre falava mais alto aos ouvidos dos imigrantes, que perpetuavam suas tradições transmitindo-as às novas gerações.

A partir de 1875, começaram a chegar os imigrantes italianos, mas, como a região da capital já estava povoada pelos alemães, foram se instalar na região das serras. Aos poucos, formou-se um eixo básico de industrialização no estado ligando a capital e a cidade de Caxias do Sul, constituindo um intercâmbio entre alemães e italianos. A vinda dos imigrantes italianos para o Brasil está ligada ao processo de substituição de mão de obra e à política de imigração e colonização do governo imperial, que pretendia “branquear” a população brasileira: “a superioridade da população branca”, segundo a ideologia dominante, garantiria uma produção maior e poderia evitar, em longo prazo, o surgimento de um “império negro” no Brasil, o qual determinaria o fracasso nacional (Bandeira, 1995).

Atividade econômica

As missões jesuítas e a formação das estâncias de lagunenses e vicentinos – paulistas que se deslocavam do norte – foram responsáveis pela introdução da pecuária no Rio Grande do Sul. A criação de estâncias correspondeu ao abandono das atividades predatórias feitas por gente selvagem do campo, os primeiros gaúchos, que abatia indiscriminadamente os animais apenas para extraí-lhes o couro e vendê-lo aos contrabandistas (Azevedo, 1958). A agricultura, nesses primeiros tempos, confinava-se ao plantio da erva-mate, herança dos hábitos dos índios guaranis.

No início do século XVIII, com a descoberta das lavras de ouro e de diamante em Minas Gerais e o elevado preço dos alimentos nas regiões de garimpo, a pecuária virou uma atividade altamente rentável. Com a indústria extrativista

esparramando-se pelo Brasil central, formou-se o primeiro mercado interno significativo no Brasil colônia, ao qual as estâncias gaúchas iriam atrelar-se, sendo essa uma das históricas razões econômicas da tensão entre o separatismo e o nacionalismo, vigentes até hoje no Estado.

No final do século XVIII, com a implantação das charqueadas na região de Pelotas e do Rio Jacuí, um mercado bem mais vasto se abriu, pois, com a nova técnica da conservação de carnes, foi possível superar a exportação do gado em pé. Era possível ambicionar atingir, além do centro e do nordeste do Brasil, até os consumidores do mar do Caribe e dos estados sulistas dos Estados Unidos, visto que o charque era a alimentação básica dos escravos. Ironicamente, o alimento dos escravos era pago com escravos. Para Azevedo (1958), a chegada de levas deles ao território do Rio Grande do Sul resultou na expansão da indústria das carnes manufaturadas e salgadas, que se multiplicaram por Pelotas e beiras da Lagoa dos Patos e margens do Rio Jacuí.

Com a vinda dos açorianos, desembarcados em 1752, a agricultura tomou um novo impulso com as plantações de trigo ao redor da cidade de Rio Grande, expandindo-se para outras áreas até ser destruída, por volta de 1820, pela praga da ferrugem e pela ausência de um apoio governamental. Os açorianos tornaram-se então pecuaristas e charqueadores.

A partir da produção colonial alemã, já em 1830, Porto Alegre, com aproximadamente 12 mil habitantes, começava a enriquecer e ensaiava sua futura vocação comercial.

A organização social gaúcha era bastante rígida. No topo encontravam-se os grandes fazendeiros e os ricos charqueadores, cabendo aos fazendeiros a hegemonia regional. Os comerciantes mais abastados tinham uma posição de destaque e eram, em boa parte, portugueses. Era importante também o número de médios e pequenos comerciantes. Os grandes polos comerciais da província eram Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo.

A agricultura e a criação mais diversificada de suínos e aves só se estabeleceram mais tarde com as colônias alemãs e italianas, entre 1824 e 1875, que trouxeram as técnicas industriais que permitiram lançar os fundamentos da pequena indústria do curtume e da metalurgia.

A partir de 1870, a vida econômica e social da província se transformou progressivamente de acordo com a chegada de novos imigrantes europeus e, consequentemente, de novos hábitos e novos conceitos. No aspecto econômico, um novo cultivo, o arroz, foi introduzido. A soja, nesse período, atingiu o mercado internacional, e, graças ao artesanato realizado pelos europeus, nasceu a atividade industrial que se desenvolveu em um ritmo crescente. Na região da colonização italiana, destacaram-se os setores mecânico, metalúrgico e calçadista.

No início do século XIX, a produção de trigo e a agricultura cederam lugar à pecuária como base da riqueza social. Muitos dos antigos agricultores transformaram-se em fazendeiros com a organização das charqueadas. Em razão das grandes secas nordestinas, o Rio Grande do Sul transformara-se no principal centro brasileiro produtor de charque. Na sociedade sulina de então, a vida urbana desenvolvera-se relativamente (Maestri, 2001a).

A pecuária de corte tomou novo impulso com a criação dos frigoríficos estrangeiros, da Armour e da Swift, em 1917, tornando possível exportar carnes enlatadas e refrigeradas para o centro do País. Segundo Azevedo (1958), o sucesso da economia colonial deve-se sobretudo à distribuição de terras feitas entre os colonos, formando não apenas um dinâmico centro produtivo policultural, mas também um crescente mercado consumidor.

O crescimento industrial não significou o abandono da agricultura, e, ainda hoje, o estado do Rio Grande do Sul, com o Paraná, é um dos grandes responsáveis pela produção nacional de grãos. De um estado que se encontrava às margens da economia do País, o Rio Grande do Sul transformou-se em uma das bases dessa economia.

O gaúcho

Segundo Love (1975), a palavra “gaúcho”, o homem livre dos campos, foi aplicada inicialmente para definir um tipo humano arredio, o nômade do pampa, muitas vezes um desertor desobediente da lei e da ordem, que cavalgava sem rumo em uma área vastíssima sempre atrás de gado amansado ou chucro e de cavalos. Gente de laço e de doma, sua cultura derivou de um amálgama entre os hábitos indígenas e europeus, resultando em um caldeamento étnico muito próprio.

Darcy Ribeiro (1995), em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, traz um capítulo especial sobre a Região do Sul do Brasil: “Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos”. O autor destaca que esta é uma área cultural complexa e singular e que sua característica básica, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural. A configuração histórico-cultural do estado do Rio Grande do Sul é constituída por três elementos: os lavradores matutos (de origem principalmente açoriana), os representantes atuais dos antigos gaúchos e a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus.

Segundo o autor, a configuração histórico-cultural dos matutos é constituída de populações transladadas dos Açores no século XVIII, pelo governo português. O objetivo dessa colonização era implementar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área perante o governo espanhol. Esses matutos viviam como lavradores, estabelecendo no Rio Grande do Sul o mesmo modo de vida que tinham nos Açores, uma agricultura exercida de modo arcaico.

Os gaúchos originam-se da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres guaranis. Eram homens fortes, caçadores, que tinham no gado selvagem sua subsistência e a base econômica de sua sociedade.

A terceira configuração histórico-cultural do Rio Grande do Sul é constituída pelos povos de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa e várias outras, introduzidos como imigrantes no século XIX. Viviam em colônias, propriedades familiares em que cultivavam grãos e cereais, criavam animais e das quais tiravam seu sustento. O contato entre essas três configurações culturais foi inevitável. A coexistência desses três complexos culturais operou ativamente no sentido de homogeneizá-los, difundindo traços e costumes de um ou outro. Essa interação é definida por Ribeiro (1995, p.409) da seguinte forma:

A distância que medeia entre os respectivos patrimônios culturais e, sobretudo, entre seus sistemas de produção agrícola – a lavoura de modelo arcaico dos matutos, o pastoreio gaúcho e a pequena propriedade explorada intensivamente pelos colonos gringos – funciona, porém, como fixadora de suas diferenças. Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização, cada um destes complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional.

Para o autor, é essa a singularidade do povo sul-rio-grandense de hoje. A complexidade de sua origem histórico-cultural torna-o um grupo diferente dos demais brasileiros.

O tradicionalismo gaúcho

O século XX foi o período das transformações. Novos inventos passaram a integrar a vida das pessoas, mudando hábitos e conceitos. A televisão, presente em praticamente todas as residências, permite que informações sejam transmitidas e globalizadas. O mundo passa a ser visto com outros olhos, e nem mesmo os costumes e tradições ficaram imunes a esse fenômeno.

Essas transformações também afetaram a sociedade sul-rio-grandense. No entanto, em meados do século XX, começou a aparecer, em alguns gaúchos, um sentimento novo: a sua diferença em relação ao mundo. Vera Stedile Zattera (1995, p.153), historiadora, gaúcha de Caxias do Sul, descreve esse sentimento:

É a nossa cidadania, é nossa raça, tão mesclada, mas tão clara. É nossa consciência de sermos elementos batalhadores, especiais, que grita. É hora de mostrarmos ao mundo do que nós, gaúchos, somos capazes, do que gostamos, quais são nossas músicas, quais são nossos hábitos, quais são nossas habilidades.

O gaúcho é resultado da miscigenação de portugueses, espanhóis, africanos, alemães, italianos com o índio da terra. Mas esse grupo não sabia como mostrar suas raízes históricas, seus costumes nativos, sua maneira de ser. Foram criados então os centros de tradições gaúchas (CTG), com a finalidade de mostrar e perpetuar suas manifestações com a maior precisão possível, por meio de sua música e sua sociabilidade. Nos CTG, estudam-se as danças, as poesias, as falas do gaúcho original, seus hábitos e sua história. Seu objetivo é mostrar esses detalhes ao público nacional e internacional. O Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) preocupa-se em nortear os estudos e as pesquisas sobre os usos e costumes gaúchos. O Movimento Tradicionalista Gaúcho lidera hoje mais de mil CTG somente no Rio Grande do Sul e outras centenas deles espalhados por todo o Brasil e pelo mundo.²

O resultado de tudo isso pode ser constatado nos dias de hoje: o gaúcho aprendeu a cultuar o Rio Grande do Sul, e comemora-se no dia 20 de setembro o Dia do Gaúcho, um dia para lembrar-se de sua história e do tradicionalismo.

2 Segundo a Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (CBTG), em 2009 foi inaugurado o 12º CTG fora do Brasil.

Em todo o lugar, pode ser percebido o respeito por suas tradições. Os clubes sociais e fábricas incentivam seus grupos folclóricos a dançar e mostrar as roupas típicas. Os restaurantes servem o churrasco com músicas e danças típicas ao vivo. Nas escolas, é ensinado o respeito ao território, a sua história e a suas tradições. Rádios e emissoras de TV transmitem músicas e programas sobre a vida gaúcha, suas origens e seus costumes, com o objetivo de divulgar a cultura aos mais jovens. É muito comum ver o gaúcho usando bombachas, sua indumentária típica, não somente em datas comemorativas, mas também em seu dia a dia.

Enfrentamentos ideológicos, políticos e partidários

Ser uma fronteira “quente”, permanentemente disputada, deu uma feição belicosa aos confrontos políticos e ideológicos do Rio Grande do Sul. Pelo fato de os limites do estado serem imprecisos, emaranhados na vastidão das planícies, as facções em luta eram obrigadas a procurar abrigo ou recursos em regiões muito além da fronteira. Era difícil para uma força policiar um território tão amplo, permitindo com isso que as guerras tivessem larga duração, como se deu com a Revolução Farroupilha, liderada por Bento Gonçalves, que, arrastando-se por dez anos, de 1835 a 1845, foi a mais longa das guerras civis brasileiras.

Para Boeira et al. (1980), a constância dos combates fez que a exigência da politização da população fosse sempre muito intensa, o que acirrou ainda mais os enfrentamentos partidários, criou uma hostilidade entre os partidos, quase sempre polarizados em duas correntes pouco dispostas à conciliação, e gerou um clima propício à guerra civil.

No Quadro 1, pode-se verificar a cronologia dos enfrentamentos ideológicos, políticos e partidários nos séculos XIX e XX, no Rio Grande do Sul, segundo Boeira et al. (1980).

Quadro 1 – Cronologia dos enfrentamentos ocorridos nos séculos XIX e XX

DATAS	ACONTECIMENTOS		
1835-1845	Revolução Farroupilha		
	Farrapos (republicanos, separatistas) Líder: Bento Gonçalves	X	Imperiais (monarquistas, centralistas) Governo da regência
1846-1889	Bipartidarismo		
	Monarquistas liberais (maior autonomia da província) Líder: Gaspar Silveira Martins	X	Monarquistas conservadores (a favor da centralização da corte)
1893-1895	Revolução Federalista		
	Republicanos (pica-paus) (ditadura positivista, aliados ao presidencialismo) Líder: Júlio de Castilhos	X	Federalistas (maragatos) (ex-monarquistas, parlamentaristas) Líder: Gaspar Silveira Martins
1923	Revolução de 1923		
	Borgistas (chimangos) (continuidade da ditadura) Líder: Borges de Medeiros	X	Assisistas (maragatos) (fim do continuísmo borgista) Líder: Assis Brasil
1945-1964	Enfrentamento ideológico-partidário		
	Trabalhistas (campanha trabalhista pró-getulista), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Líder: Alberto Pasqualini/ Leonel Brizola	X	Conservadores (antitrabalhistas), União Democrática Nacional (UDN), Partido Libertador (PL) Líder: Ildo Meneghetti
1964-1985	Peemedebistas (contra o regime militar) Líder: Pedro Simon	X	Arenistas (sustentação civil do regime) Líder: diversos